

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balço patrimonial	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre o Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

1.1 Apresentação e Contexto operacional

O Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. (“Aena Brasil” “BOAB” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de novembro de 2022, tendo como objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG, tudo em conformidade com as condições estabelecidas no Edital do Leilão nº 01/2022 e em virtude do procedimento licitatório promovido pelo “Poder Concedente” nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022.

A sede da Companhia está localizada na Alameda Santos, 1293, 4º andar, bairro Cerqueira César, da cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. (“Aena Desarrollo”), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha. A Aena Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E., S.A. (“Grupo Aena”), uma sociedade com ações cotadas na bolsa de valores da Espanha, e que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha. De forma geral, o Grupo Aena participa da administração de 66 aeroportos em países como Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil com 17 aeroportos.

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), realizou em 18 de agosto de 2022, em sessão pública do leilão da 7ª rodada de concessões aeroportuárias, realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, quando a Aena Desarrollo sagrou-se vencedora da concessão para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG (“a concessão”), composto por:

- Aeroporto de Congonhas - São Paulo/SP (SBSP)
- Aeroporto de Campo Grande - Campo Grande/MS (SBCG)
- Aeroporto de Corumbá - Corumbá/MS (SBCR)
- Aeroporto Internacional de Ponta Porã - Ponta Porã/MS (SBPP)
- Aeroporto Maestro Wilson Fonseca - Santarém/PA (SBSN)
- Aeroporto João Corrêa da Rocha - Marabá/PA (SBMA)
- Aeroporto Carajás - Parauapebas/PA (SBCJ)
- Aeroporto de Altamira - Altamira/PA (SBHT)
- Aeroporto Ten. Cel. Aviador César Bombonato - Uberlândia/MG (SBUL)
- Aeroporto Mário Ribeiro - Montes Claros/MG (SBMK)
- Aeroporto Mario de Almeida Franco - Uberaba/MG (SBUR)

Em 20 de outubro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União a decisão de ANAC homologando o resultado da licitação e adjudicando formalmente o Bloco SP/MS/PA/MG a Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A (“Aena Desarrollo”).

Em 16 de novembro de 2022 Aena Desarrollo constituiu a Sociedade de Propósito Específico Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. (“BOAB”) para desenvolver a concessão. A vigência do “Contrato” é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 05 de junho de 2023.

O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária na forma prevista no contrato de concessão, apreciação e decisão pela ANAC, após procedimento de revisão extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia.

As transferências operacionais dos Aeroportos foram realizadas conforme datas descritas abaixo. A partir dessas datas as receitas e despesas decorrentes das operações dos aeroportos passaram a ser devidas à BOAB.

10/10/2023 – Aeroporto de Uberlândia - SBUL;
13/10/2023 – Aeroporto de Campo Grande - SBCG;
17/10/2023 – Aeroporto de Congonhas - SBSP;
07/11/2023 –Aeroporto Internacional de Ponta Porã - SBPP;
10/11/2023 – Aeroporto Internacional de Corumbá - SBCR;
13/11/2023 – Aeroporto de Uberaba - SBUR;
16/11/2023 – Aeroporto de Montes Claros - SBMK;
21/11/2023 – Aeroporto de Marabá - SBMA;
24/11/2023 – Aeroporto de Carajás - SBCJ;
27/11/2023 – Aeroporto Internacional de Santarém - SBSN;
30/11/2023 – Aeroporto Interestadual de Altamira - SBHT.

O contrato de concessão está sendo implementado nas seguintes fases:

Fase 1-A: A Fase de transferência operacional, que ocorreu de forma escalonada nos meses de outubro e novembro de 2023, obras emergenciais serão realizadas até o primeiro trimestre de 2024, assim como a transferência das obrigações operacionais realizadas mediante acordo entre Companhia, ANAC e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”), visando mitigar impactos operacionais.

Fase 1-B: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário, terá início no segundo semestre de 2024, com prazo para execução desta fase é de 36 meses a contar da data de eficácia, com exceção para o Aeroporto de Congonhas - SBSP, cujo prazo é de 60 meses, a contar da data de eficácia.

Fase 2: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão.

Licenças e autorizações

Atualmente todas as licenças estão vigentes e as principais licenças e autorizações para a operação dos aeroportos são as seguintes:

Certificado Operacional de Aeroporto, vigentes por tempo indeterminado;
Alfandegamento pela Receita Federal (aeroportos com voos internacionais), vigente por tempo indeterminado;

Licença de operação perante as autoridades municipais, estaduais e federal do meio ambiente; e Vigências em geral entre 2 e 3 anos, com vencimentos próximos para 2024 e 2025.

Principais eventos

A Companhia avaliou ante o pagamento da outorga, a possibilidade de aquisição de direitos creditórios de terceiros com destinação ao referido pagamento da outorga, como previsto no art. Nº 100 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021.

Entretanto, em 14 de março de 2023 foi publicada a Portaria Normativa No. 87 da Advocacia-Geral da União (AGU), com a revogação da Portaria Normativa nº 73/2022, que regulamentava até então os procedimentos para a utilização de precatórios em pagamentos para órgãos e entidades públicas federais, com informação que uma nova norma para disciplinar o assunto seria elaborada dentro de 120 dias. Em virtude do prazo e requisitos para emissão da Ordem de Serviço previsto no Plano de Transferências Operacionais (PTO) dos aeroportos, a Administração optou pela desistência na aquisição dos direitos creditórios.

A Companhia, aportou o valor de R\$ 2.533 milhões, montante da adjudicação no leilão público da ANAC nº 01/2022, sendo o primeiro aporte em 06 de abril de 2023 no valor de R\$ 1.273 milhões, atualizado pelo IPCA desde fevereiro 2023, o segundo feito em 05 de junho de 2023 no valor de R\$ 1.260 milhões, assim como outros custos necessários para a assinatura do Contrato pagos entre 02 a 13 de fevereiro de 2023, no valor total de R\$ 817 milhões, de acordo com o previsto nas regras do edital do leilão público.

A ANAC aprovou os Planos de Transferência Operacionais (PTO) dos aeroportos em agosto de 2023.

Após o pagamento da outorga e o preenchimento de outros requisitos como a contratação de seguros de responsabilidade civil e danos materiais, em outubro de 2023 foram iniciadas as operações do Aeroporto de Uberlândia – SBUL, Aeroporto de Campo Grande – SBCG, Aeroporto de Congonhas - SBSP, os demais aeroportos iniciaram as operações em novembro, para o período Companhia obteve as seguintes receitas:

- **Receitas tarifárias** - constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, que remunera os serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis; de acordo com as disposições constantes na Lei nº 6009/1972, Decreto nº 89121/1983 na Resolução nº 432/2017 e na Portaria nº 219/6C-5/2001 e o previsto no Contrato. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2023 por esta categoria foi de R\$ 112,6 milhões.
- **Receitas não tarifárias** – decorrentes de exploração das atividades econômicas, em geral mediante celebração de contratos de cessão de área a terceiros, em regime de direito privado. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2023 por esta categoria foi de R\$ 58,0 milhões.
- **Receita por prestação de serviço de construção** - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos

(CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2023 por esta categoria foi de R\$ 42,7 milhões.

O EBITDA/LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação, *impairment* e amortização) foi positivo no valor total de R\$ 66,6 milhões, com despesas operacionais na ordem de R\$ 112,3 milhões, correspondentes principalmente aos serviços de terceiros, custo de construção e amortização.

O resultado financeiro líquido foi de R\$ 121,6 milhões negativos, devido principalmente aos juros incorridos na operação de *Intercompany Loan*, firmada para o financiamento da outorga da concessão. A Companhia assinou em 20 de janeiro de 2023 um empréstimo com o seu acionista a Aena Desarrollo, no montante de R\$ 2.450 milhões recebidos em 6 de fevereiro de 2023, com juros semestrais à taxa CDI, e vencimento em 16 de março de 2025.

O prejuízo líquido do exercício alcançou a importância de R\$ 54,2 milhões, com o impacto do imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 27,9 milhões.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é integrado pelo Sr. Francisco Javier Marín San Andrés – Presidente, Srs.(a) Rodrigo Marabini Ruiz, José Leo Vizcaíno, Juan Carlos Alfonso Rubio, Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano, Antonio Fernández Poyato, María José Cuenda Chamorro e Noelia Martínez Morato, membros eleitos pela Assembleia Geral.

A Diretoria Executiva é composta pelo Sr. Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano – Diretor Presidente, Sr. Joaquín Rodríguez Guerrero – Diretor Geral, Sr. Rodrigo Almeida Rosa – Diretor Econômico-Financeiro, Renata de Abreu Martina – Diretora de Assessoria Jurídica e Raúl Moya González – Diretor de Operações, Infraestrutura e TI, diretores eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições.

3. Considerações finais

Auditores independentes

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Recife, 16 de fevereiro de 2024

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 16 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC PE-000904/F-7



Diogo Feliciano Irineu

Contador CRC 1SP223212/O-2

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

Balanço patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022 (não auditado)	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022 (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	338.273	1	Fornecedores	13	27.842	-
Aplicações financeiras	7	313.003	-	Contas a pagar - partes relacionadas	14b	40.894	-
Contas a receber de clientes	8	98.687	-	Empréstimos - partes relacionadas	14b	116.639	-
Imposto a recuperar	9	33.913	-	Impostos a recolher	15	18.760	-
Contas a receber - partes relacionadas	14	28.080	-	Obrigações sociais e trabalhistas	16	8.516	-
Despesas antecipadas		6.281	-	Provisões de contas a pagar	17	27.877	288
Outros créditos		2.273	-	Outras contas a pagar	18	3.075	261
			1				
Total do ativo circulante		820.510		Total do passivo circulante		243.603	549
Não circulante				Não circulante			
Impostos diferidos	10	28.117	187	Empréstimos - partes relacionadas	14	2.450.000	-
Impostos a recuperar	9	1.714	-				
				Total do passivo não circulante		2.450.000	-
Total do realizável a longo prazo		29.831	187				
Patrimônio líquido				Patrimônio líquido			
Imobilizado	11	3.090	-	Capital social	19	1.639.251	1
Intangível	12	3.424.843	-	Prejuízos acumulados		(54.580)	(362)
Total do ativo não circulante		3.457.764	187	Total do patrimônio líquido		1.584.671	(361)
Total do ativo		4.278.274	188	Total do passivo e patrimônio líquido		4.278.274	188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 16 de novembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022 (não auditado)
Receitas operacionais líquidas	20	213.429	-
Custos dos serviços prestados	21	<u>(120.850)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		92.579	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(51.886)	(549)
Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD	8	<u>(1.235)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido		39.458	(549)
Receitas financeiras	23	162.399	-
Despesas financeiras	23	<u>(284.005)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido		(121.606)	-
Resultado antes dos impostos		(82.148)	(549)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10	<u>27.930</u>	<u>187</u>
Prejuízo líquido do exercício		(54.218)	(362)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 16 de novembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(54.218)	(362)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(54.218)</u>	<u>(362)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 16 de novembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 16 de novembro de 2022 (não auditado)		1	-	1
Prejuízo líquido		-	(362)	(362)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		1	(362)	(361)
Integralização de capital social	19	1.639.250	-	1.639.250
Prejuízo líquido		-	(54.218)	(54.218)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.639.251	(54.580)	1.584.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 16 de novembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício		(54.218)	(362)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social	10	(27.930)	(187)
Depreciação	11	344	-
Amortização	12	26.801	-
Provisão Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	8	1.235	-
Receita sobre aplicações financeiras e juros	23	(162.399)	-
Juros incorridos empréstimos com partes relacionadas	14	275.762	-
		59.595	(549)
Variações nos ativos (aumento)/redução			
Contas a receber de clientes		(99.922)	-
Imposto a recuperar		(32.199)	-
Despesas antecipadas		(6.281)	-
Outros créditos		(2.272)	-
Variações nos passivos aumento/(redução)			
Fornecedores		3.803	-
Contas a pagar - partes relacionadas		40.894	236
Obrigações sociais e trabalhistas		8.516	-
Impostos e contribuições a recolher		18.760	-
Provisões de contas a pagar		35.570	288
Outras contas a pagar		2.814	25
Juros pagos	14	(159.123)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(32.125)	-
Juros recebidos	14	162.399	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		429	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Integralização de capital		1.639.250	1
Adições de imobilizado	11 e 27	(3.441)	-
Adições de intangível	12 e 27	(3.434.969)	-
Baixas de imobilizado/intangível	11 e 12	7	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7	(313.003)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimentos		(2.112.156)	1
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos com partes relacionadas	14	2.450.000	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		2.450.000	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		338.273	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		338.273	1
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		338.272	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. (“BOAB” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de novembro de 2022, tendo como objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG, tudo em conformidade com as condições estabelecidas no Edital do Leilão nº 01/2022 e em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022.

A sede da Companhia está localizada na Alameda Santos, 1293, 4º andar, bairro Cerqueira César, da cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. (“Aena Desarrollo”), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha. A Aena Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E., S.A. (“Grupo Aena”), uma sociedade com ações cotadas na bolsa de valores da Espanha, e que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha. De forma geral, o Grupo Aena participa da administração de 66 aeroportos em países como Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil, onde administra 17 aeroportos.

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), realizou em 18 de agosto de 2022, em sessão pública do leilão da 7ª rodada de concessões aeroportuárias, realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, quando a Aena Desarrollo se sagrou vencedora da concessão para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG (“a concessão”), composto por:

- Aeroporto de Congonhas - São Paulo/SP (SBSP)
- Aeroporto de Campo Grande - Campo Grande/MS (SBCG)
- Aeroporto de Corumbá - Corumbá/MS (SBCR)
- Aeroporto Internacional de Ponta Porã - Ponta Porã/MS (SBPP)
- Aeroporto Maestro Wilson Fonseca - Santarém/PA (SBSN)
- Aeroporto João Corrêa da Rocha - Marabá/PA (SBMA)
- Aeroporto Carajás - Parauapebas/PA (SBCJ)
- Aeroporto de Altamira - Altamira/PA (SBHT)
- Aeroporto Ten. Cel. Aviador César Bombonato - Uberlândia/MG (SBUL)
- Aeroporto Mário Ribeiro - Montes Claros/MG (SBMK)
- Aeroporto Mario de Almeida Franco - Uberaba/MG (SBUR)

Em 20 de outubro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União a decisão de ANAC homologando o resultado da licitação e adjudicando formalmente o Bloco SP/MS/PA/MG a Aena Desarrollo.

Em 16 de novembro de 2022 Aena Desarrollo constituiu a Sociedade de Propósito Específico Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. (“BOAB”) para desenvolver a concessão. A vigência do “Contrato” é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 05 de junho de 2023. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária na forma prevista no contrato de concessão, apreciação e decisão pela ANAC, após procedimento de revisão extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia.

As transferências operacionais dos Aeroportos foram realizadas conforme datas descritas abaixo. A partir dessas datas as receitas e despesas decorrentes das operações dos aeroportos passaram a ser devidas à BOAB, abaixo datas do início das operações por aeroporto:

- 10/10/2023 – Aeroporto de Uberlândia - SBUL;
- 13/10/2023 – Aeroporto de Campo Grande - SBCG;
- 17/10/2023 – Aeroporto de Congonhas - SBSP;
- 07/11/2023 – Aeroporto Internacional de Ponta Porã - SBPP;
- 10/11/2023 – Aeroporto Internacional de Corumbá - SBCR;
- 13/11/2023 – Aeroporto de Uberaba - SBUR;
- 16/11/2023 – Aeroporto de Montes Claros - SBMK;
- 21/11/2023 – Aeroporto de Marabá - SBMA;
- 24/11/2023 – Aeroporto de Carajás - SBCJ;
- 27/11/2023 – Aeroporto Internacional de Santarém - SBSN;
- 30/11/2023 – Aeroporto Interestadual de Altamira - SBHT.

O contrato de concessão está sendo implementado nas seguintes fases:

Fase 1-A: A Fase de transferência operacional, que iniciou de forma escalonada no segundo semestre de 2024 mediante acordo entre Companhia, ANAC e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”), visando mitigar impactos operacionais.

Fase 1-B: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário, terá início no segundo semestre de 2024, com prazo para execução desta fase é de 36 meses a contar da data de eficácia, com exceção para o Aeroporto de Congonhas - SBSP, cujo prazo é de 60 meses, a contar da data de eficácia.

Fase 2: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão.

Licenças e autorizações

Atualmente todas as licenças estão vigentes e as principais licenças e autorizações para a operação dos aeroportos são as seguintes:

- Certificado Operacional de Aeroporto, vigentes por tempo indeterminado;
- Alfandeamento pela Receita Federal (aeroportos com voos internacionais), vigente por tempo indeterminado; e
- Licença de operação perante as autoridades municipais, estaduais e federal do meio ambiente.

Vigências em geral entre 2 e 3 anos, com vencimentos próximos para 2024 e 2025.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2024.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mensurados pelo valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia para o exercício findo de 31 de dezembro de 2021, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização e aplicação das políticas contábeis que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no exercício de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes - Reconhecimento de provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD: estimativa das perdas de crédito esperadas de possíveis eventos de inadimplência e perdas esperadas;
- Nota explicativa nº 10 - Imposto de renda corrente e contribuição social corrente e diferido - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Notas explicativas nº 11 e 12 - Imobilizado e Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis (provisão para redução ao valor recuperável do ativo intangível); e

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 24 – Instrumentos financeiros.

6 Principais políticas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados:

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros sobre aplicações financeiras;
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre receita de juros sobre aplicações financeiras, integralizações de capital, e transações em moeda estrangeira;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial, quando aplicável. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando houver, limitada anualmente a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente

Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, que inclui, quando aplicável, os custos dos empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo e reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que refletem a vida útil dos ativos estão sendo demonstradas na nota explicativa nº 11.

e. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público (outorga), reconhecendo os valores pagos ao Poder Concedente (divulgados na nota explicativa nº 12), baseado nos termos contratuais. Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de: (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente; e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura.

Contratos de concessão de serviços (vide notas explicativas nº 1 e 12)

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Quando a vida útil determinada é inferior ao prazo remanescente da concessão, utiliza-se está para a amortização.

(iv) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 (R1)(IAS 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Como a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração corresponde ao direito sobre um ativo intangível. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante as quais tendem a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o método linear baseado no prazo restante da Concessão. A amortização inicia-se a partir de que o ativo está em condições de produzir benefícios econômicos, o que se entende que acontece a partir do momento em que os usuários podem ser cobrados pela prestação dos serviços públicos.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e, quando aplicável, os títulos de dívida emitidos, são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através de Resultados (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Quando aplicável, um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do

contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos da dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos da dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamento) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

Há presunção de que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há 30 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem risco de crédito baixo quando a classificação de risco de crédito é equivalente a definição de “grau de investimento”. A Companhia considera que esta seja BB ou superior pela agência de rating de crédito Moody’s.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

i. Provisões

Quando aplicável, uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Receitas

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas da Companhia são oriundas de:

Receitas tarifárias: Constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, que remuneram os serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis; de acordo com as disposições constantes na Lei nº 6009/1972, Decreto nº 89121/1983 na Resolução nº 432/2017 e na Portaria nº 219/6C-5/2001 e o previsto no contrato de concessão. O fato gerador para o reconhecimento da receita é a prestação de serviço, a qual é realizada em um período curto, conforme demonstrados na nota explicativa nº 20;

Receitas não tarifárias: Decorrentes de exploração das atividades econômicas, diretamente ou mediante celebração de contratos com terceiros, em regime de direito privado. O fato gerador para o reconhecimento da receita é a prestação de serviço, a qual é realizada geralmente ao longo do período dos contratos celebrados; e

Receita por prestação de serviço de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante e tende a zero. A receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

(iv) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

l. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1);

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7).

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16).

7 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2023	2022 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	338.273	1
Total	338.273	1
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (CDB)	313.003	-
Total	313.003	-

As aplicações financeiras são realizadas em títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB, remuneradas a taxas de entre 100,5% e 104% ao mês da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, podendo ser resgatadas de imediato ou em prazo inferior a 30 dias sem prejuízo da sua remuneração. As receitas financeiras obtidas durante o exercício estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

As aplicações financeiras são classificadas:

- Como equivalentes ao caixa, se a Companhia tem a previsão de utilizar os recursos em prazo inferior a 3 meses desde a data de balanço.
- Como aplicações financeiras no ativo circulante, se existe previsão de uso dos recursos em prazo entre 3 e 12 meses desde a data do balanço.
- Como aplicações financeiras no ativo não circulante quando os recursos apenas serão utilizados após mais de 12 meses desde a data do balanço.

8 Contas a receber de clientes

	2023
Contas a receber de clientes – tarifários (a)	52.694
Contas a receber de clientes - não tarifários	26.563
Contas a receber a faturar (b)	20.665
	99.922
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD (c)	(1.235)
	98.687

- (a) O saldo de contas a receber tarifário para 2023, é composto pelos valores faturados no último bimestre de 2023 e reflete as tarifas atualizadas no início da operação, com aumento das tarifas.
- (b) A Companhia contabilizou contas a receber a faturar de clientes com base na política contábil nota 6.j, para os contratos vigentes e para os serviços efetivamente prestados que não foram faturados, tais como tarifas aeronáuticas dos últimos dias do período contábil que serão faturadas no mês subsequente, receita não tarifária variável faturada no mês seguinte e receita não tarifária por cessão de uso de área na qual existem restrições para o faturamento, contudo a cessão de uso da área continua em vigor. Os montantes a faturar são determinados nas tarifas vigentes e nos contratos comerciais aplicáveis.

(c) A seguir, está demonstrada a movimentação da PECLD e perda esperada no exercício:

	2023
Saldos iniciais	-
(-) Adições do exercício	(1.235)
(+) Reversões do período	-
Saldos finais	<u><u>1.235</u></u>

A perda esperada nas contas a receber, estimada pela administração da forma explicada na política contábil nota 6.h, é refletida na PECLD do exercício.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	2023
A vencer	99.922
Vencidos:	
Até 3 meses	-
Entre 4 e 6 meses	-
Acima de 6 meses	-
	<u><u>99.922</u></u>

A Companhia não tem ativos financeiros baixados que eventualmente ainda sejam item de esforço para recuperação/recebimento.

9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimento das aplicações financeiras, receitas de prestações de serviços da Companhia, e serviços tomados de terceiros, considerados como insumos em suas atividades, e nas aquisições de bens para o ativo imobilizado.

Circulante	2023
PIS	210
COFINS	1.576
Saldo negativo IRPJ/CSLL (a)	31.379
Outros impostos a Recuperar	748
	<u><u>33.913</u></u>
Não circulante	
PIS (b)	296
COFINS (b)	1.418
	<u><u>1.714</u></u>

(a) Ref. créditos de IRRF sobre rendimentos de aplicação financeira (R\$ 29.307) e antecipação da apuração anual IRPJ/CSLL nos meses janeiro e fevereiro-2023 (R\$2.072);

(b) *Créditos de PIS e COFINS*

De acordo com a normativa tributária aplicável, os créditos de PIS e COFINS das aquisições dos bens de intangível-contrato de concessão a recuperar e a compensar terão disponibilidade conforme o fluxo de depreciação e amortização de tais bens, e serão utilizados nas apurações mensais com a aplicação das alíquotas de PIS e COFINS sobre os montantes da depreciação e amortização de cada período, que serão abatidos nas apurações mensais sobre o faturamento. Portanto, a Companhia classifica como não circulante os créditos cuja utilização é esperada em período superior a 12 meses desde a data do balanço, baseada nas projeções elaboradas pela Administração.

10 Impostos de renda e contribuição social correntes e impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos consideram as alíquotas vigentes sobre o resultado.

- (a) A seguir está demonstrada a composição dos valores reconhecidos diretamente no resultado do exercício:

	2023	2022 (não auditado)
Imposto diferido	<u>27.931</u>	<u>187</u>
IRPJ	20.538	137
CSLL	7.393	50
Total imposto de renda e contribuição social	<u><u>27.931</u></u>	<u><u>187</u></u>

- (b) A seguir está demonstrada a conciliação entre o prejuízo contábil e fiscal no exercício:

	2023	2022 (não auditado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(82.149)	(549)
Diferenças permanentes:		
Outras diferenças	-	-
Diferenças temporárias:		
Provisões de despesas	19.986	-
Provisão para remuneração variável	2.468	-
Provisões de custos <i>intercompany</i>	713	-
Provisão Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD Inedutível	1.235	-
Prejuízo fiscal do exercício	<u>(57.746)</u>	<u>(549)</u>
Diferenças temporárias totais	(24.402)	-
Base de cálculo	(82.148)	(549)
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto diferido do exercício	<u>(27.930)</u>	<u>(187)</u>

Abaixo está demonstrada a composição dos prejuízos fiscais não compensados e seu prazo:

	2023	2022 (não auditado)
Exercício de origem e prazo para utilização		
2022 – Prazo ilimitado	549	549
2023 – Prazo ilimitado	57.746	-
	<u>58.295</u>	<u>549</u>

A Companhia tem reconhecido um ativo fiscal diferido tanto pelos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a utilizar num futuro, como pelas diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos, no montante total de R\$ 58.295 (2022: R\$ 549 (não auditado)), com base nas projeções preparadas pela Administração que demonstram que no futuro previsível obterá lucros tributáveis para compensação do tributo diferido originário das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais existentes.

A projeção realizada pela Administração, considera premissas razoáveis para concluir que o imposto diferido ativo será realizado, considerando que a Companhia possui: (i) contrato de concessão válido para a operação de 11 aeroportos distribuídos nas regiões sudeste, centro oeste e norte do Brasil; (ii) opera com as principais empresas aéreas nacionais; e (iii) possui acordos assinados com terceiros que exploram áreas dentro dos aeroportos.

Além disso, o Grupo AENA possui experiência no setor de concessão de aeroportos, o que possibilita que a Companhia consiga estimar receitas futuras e expectativas de custos de forma confiável. Vide explicação adicional sobre as operações comerciais na nota nº 1. A projeção de lucro tributável futuro da Administração foi realizada para o período remanescente da Concessão, para o qual o imposto diferido reconhecido será totalmente realizável.

- (c) A seguir, demonstrado para cada tipo de diferença temporária, assim como para os prejuízos fiscais não utilizados, o montante do imposto de renda diferido reconhecido no balanço patrimonial e a movimentação para o exercício de 2023:

	Provisões	Contas a receber (PECLD)	Outras diferenças	Prejuízos fiscais não utilizados	Total
Lançamentos no resultado	-	-	-	187	187
Saldos imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	-	-	-	187	187
Lançamentos no resultado	6.795	419	1.082	19.634	27.930
Saldos imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2023	6.795	419	1.082	19.821	28.117

11 Imobilizado

a. Composição

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2023			2022 (não auditado)		
		Custo	Depreciação acumulada		Custo	Depreciação acumulada	
			Total	Total		Total	Total
Máquinas e Equipamentos	8,33	282	(35)	247	-	-	-
Computadores, periféricos e softwares	25	3.152	(309)	2.843	-	-	-
Móveis e utensílios	10	-	-	-	-	-	-
		3.434	(344)	3.090	-	-	-

b. Movimentação

	Equipamentos	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	-	-	-	-
Adições	282	3.159	-	3.441
Baixas	-	(7)	-	(7)
Depreciação	(35)	(309)	-	(344)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	247	2.843	-	3.090

12 Intangível

a. Composição

	2023		
	Custo	Amortização acumulada	Total
Outorga – Concessão (i)	3.350.373	(25.738)	3.324.635
Equipamentos de informática e outros	15.574	(746)	14.828
Intangível em construção	29.057	-	29.057
Máquinas e Equipamentos	277	-	277
Subtotal ativos da concessão	3.395.281	(26.484)	3.368.797
Sistemas informatizados	56.331	(316)	56.015
Outros ativos	31	-	31
	56.362	(316)	56.046
Total intangível	3.451.643	(26.800)	3.424.843

A taxa anual de amortização dos sistemas e equipamentos de informática e outros é de 25% a.a.

(i) Contrato de concessão de serviços

Consiste no valor de R\$ 2.533.270 pago ao poder concedente pelo direito de exploração da concessão por 30 anos com base no contrato de concessão, amortizado por igual período.

Também estão registrados os custos derivados do contrato de concessão que incluem os valores pagos a terceiros, conforme definido no edital do leilão da 7ª rodada de concessão, realizado em 18 de agosto de 2022 no valor de R\$ 817.103, amortizado no período da concessão.

A concessão começou na data de eficácia do contrato, firmado em 5 de junho de 2023.

A amortização dos valores acima mencionados iniciou em 10 de outubro de 2023, data de início da operação do primeiro aeroporto do Bloco.

b. Movimentação

	Ativos da concessão				Subtotal	Sistemas informatizados em andamento	Outros ativos	Total
	Outorga – concessão	Equipamentos informáticos e outros	Intangível em construção	Máquinas e equipamentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição	3.350.373	15.574	29.057	277	3.395.281	56.331	32	3.451.644
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	<u>(25.738)</u>	<u>(746)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.484)</u>	<u>(317)</u>	<u>-</u>	<u>(26.801)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>3.324.635</u>	<u>14.828</u>	<u>29.057</u>	<u>277</u>	<u>3.368.797</u>	<u>56.014</u>	<u>32</u>	<u>3.424.843</u>

Em 2023 a rubrica de intangível em construção inclui principalmente:

Início das atividades de engenharia e execução de projetos destinadas a realização das obras da fase 1-A (nota nº 1).
 Outras obras de melhoria das instalações e equipamentos serão realizadas nos 11 aeroportos.

c. Teste de *impairment*

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração realizou avaliações com base no modelo de oferta de possíveis indícios de mercado que pudesse implicar em redução no valor dos ativos e não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (*impairment*) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

13 Fornecedores

Trata-se de fornecedores e prestadores de serviços nacionais, valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. Conforme detalhamento a seguir:

	2023
Obras e equipamentos	90
Operação	<u>27.752</u>
	<u><u>27.842</u></u>

14 Partes relacionadas

a. Controladora

O controle da Companhia é da Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A., que é detentora de 100% do seu capital social. Aena S.M.E. S.A. é detentora do 100% do capital social de Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A.

b. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas.

As transações com a controladora e com Aena S.M.E. S.A. foram reguladas no Acordo de Prestação de Serviços de Assessoramento e Apoio à Gestão (o Acordo), aprovado no conselho de 22 de janeiro de 2024. Este estabelece o repasse das despesas incorridas por conta da Aena Brasil (BOAB), especialmente durante a etapa pré-operacional da Companhia, assim como, para os serviços de assessoramento e apoio a gestão, licenciamento das aplicações informática de uso corporativo e operacional, bem como o suporte de sustentação das referidas aplicações.

Com objetivo de financiamento dos gastos relativos ao início das atividades operacionais da Companhia, e disponibilidade parcial do caixa necessário para os investimentos previstos na fase I-A, a Companhia assinou em 20 de janeiro de 2023 um empréstimo intercompany com a Aena Internacional (ADI), no valor de R\$ 2.450.000 (dois bilhões e quatrocentos e cinquenta milhões de reais), sendo os recursos disponibilizados em 6 de fevereiro de 2023. O referido empréstimo foi contratado a taxa de CDI, com liquidação dos juros realizadas semestralmente e vencimentos do principal definido para março de 2025.

Movimentação

	2023	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	-	-
Valor principal empréstimos Intercompany Loan	2.450.000	2.450.000
Juros incorridos – Intercompany Loan Juros	275.762	275.762
Juros pagos – Intercompany Loan Juros	<u>(159.123)</u>	<u>(159.123)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.566.639</u>	<u>2.566.639</u>

As transações reconhecidas com partes relacionadas no exercício, em decorrência do acordo de prestação de serviços supramencionado, as quais ainda não foram faturadas, foram:

Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de passivo (contas a pagar com partes relacionadas):

Contas a pagar – partes relacionadas			2023	2022
Empresa	Vencimento	Moeda		(não auditado)
Aena, SME, as – serviços, despesas e outros (i)	2024 a 2027	Euro	40.059	-
Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (ii)	jan/24	Real	835	236
			40.894	236
Empréstimo - partes relacionadas			2023	2022
Empresa	Vencimento	Moeda		(não auditado)
Aena Desarrollo Internacional SME, SA – Interc Loan juros - Circulante	fev/24	Real	116.639	-
Aena Desarrollo Internacional SME, SA – Interc Loan principal – Não circulante	mar/25	Real	2.450.000	-
			2.566.639	-

Os saldos de contas a pagar a partes relacionadas que foram contratados em Euro, são convertidos em Real, pela taxa de câmbio na data da transação, conforme define a política contábil descrita na nota nº 6.a.

- (i) A companhia registrou transações com Aena, SME, S.A que suportaram a Companhia em suas operações e aquisições.

Referem-se, basicamente, à repasse de custos de contratos com fornecedores e serviços de apoio a gestão realizados com pessoal próprio da Aena SME, contabilizados como despesas gerais e administrativas por R\$ 713 (2022: R\$ 0 (não auditado)) e com o licenciamento de sistemas informatizados para utilização nas atividades corporativas e sistemas operacionais, em uso ou implantação e andamento, todos classificados como intangível por R\$ 39.346 (2022: R\$ 0 (não auditado)).

- (ii) Refere-se ao valor das despesas corporativas do mês de dezembro de 2023, com base no contrato de compartilhamento de atividades firmado entre as Companhias, com objetivo de sinergia na execução das atividades corporativas das empresas. O referido contrato foi homologado junto a ANAC.
- (iii) Em 07 de agosto de 2023 a Companhia realizou o primeiro pagamento dos juros semestrais a Aena Desarrollo Internacional SME (ADI), no montante de R\$ 187.220, sendo R\$ 159.123 referente aos juros Intercompany Loan e R\$ 28.080 a título de IRRF em favor da ADI, que será compensado nas transações a pagar entre a BOAB e ADI.

Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de ativo (contas a receber com partes relacionadas):

Contas a receber - partes relacionadas			2023
Empresa	Vencimento	Moeda	
Aena Desarrollo Internacional SME, SA	2024	Real	28.080
			28.080

c. Remuneração de pessoal chave

A Companhia considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração anual do pessoal chave da administração foi R\$ 2.835, correspondendo R\$ 2.007 a remuneração fixa e R\$ 828 a variável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não mantém planos de previdência privada ou de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego para seu pessoal chave. A Companhia também não tem planos de remuneração baseados no valor de ações.

15 Impostos a recolher

O montante de impostos a recolher se refere aos seguintes impostos:

	2023
IRRF	368
PIS	1.624
COFINS	7.554
ISSQN	3.715
INSS	1.001
CIDE	4.006
CSRF	492
	18.760
	18.760

16 Obrigações sociais e trabalhistas

Aqui são demonstradas as obrigações com pessoal decorrentes da folha de pagamento, além dos encargos sociais a recolher, como INSS, Imposto Sobre Seguridade Social e IRRF, Imposto de Renda Retido na Fonte, assim como o FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos incidentes sobre a folha de pagamentos e que serão recolhidos até a data do respectivo vencimento.

	2023
Rescisão a pagar	12
Provisões de férias	2.351
IRRF sobre FOPAG	1.185
FGTS a recolher	611
INSS a recolher	2.316
Remuneração variável	2.040
Contribuição sindical	1
	8.516
	8.516

17 Provisões de contas a pagar

As provisões de contas a pagar referem-se em geral a serviços tomados, conforme acordos estabelecidos com os respectivos fornecedores, dos quais os documentos fiscais suportes não foram fornecidos dentro do exercício. O aumento nos saldos em 2023 é resultado do fluxo iniciais das obras e serviços de bombeiros.

	2023	2022 (não auditado)
Serviços jurídicos	22	248
Serviços de bombeiros (a)	2.954	-
Serviços de engenharia, construção e serviços (CAPEX) (b)	7.891	-
Consumos (Energia, água, combustíveis e materiais)	3.640	-
Outros serviços de terceiros (c)	13.370	40
	27.877	288
	27.877	288

- (a) A linha de serviços de bombeiros corresponde aos serviços contratados para execução das atividades especializadas de prevenção, salvamento e combate a incêndio em aeronaves e instalações aeroportuárias.
- (b) Provisões para contratos de engenharia e projetos e serviços de engenharia, arquitetura e outros relacionados a Fase 1 A.
- (c) Referem-se aos serviços: Manutenção e conservação de edifícios no valor de R\$ 2.330; Conservação e limpeza no valor de R\$ 1.511; Gerenciamento de resíduos no valor de R\$ 1.483; Serviço de proteção e controle de acessos no valor de R\$ 1.187; Serviços de informática no valor de R\$ 1.079; Vigilância e segurança no valor R\$ 1.012 e Outros serviços executados na operação no valor R\$ 4.768.

18 Outras contas a pagar

Contemplam obrigações como prêmios de seguros, reembolsos a pagar, adiantamentos de clientes, cauções e outras obrigações, demonstradas no quadro a seguir:

	2023	2022 (não auditado)
Cauções de terceiros (a)	773	-
Adiantamento de clientes (b)	121	-
Valores a repassar a terceiros (c)	177	-
Outras contas a pagar (d)	2.004	261
	<u>3.075</u>	<u>261</u>

- (a) As cauções de terceiros referem-se à valores antecipados pelos clientes ou fornecedores, com a finalidade de assegurar o cumprimento de suas obrigações contratuais.
- (b) Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores antecipados pelos clientes, como garantia de suas obrigações de pagamento das tarifas pelo direito de uso dos aeroportos.
- (c) Valores a repassar a terceiros referem-se aos valores correspondentes aos repasses sobre tarifas de embarque internacional e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), incidentes sobre os voos internacionais.
- (d) Valores de seguros a pagar R\$ 1.965 e remuneração do conselho R\$ 39.

19 Patrimônio líquido

Capital social

A Companhia foi constituída em 16 de novembro de 2022 com um capital de R\$10 em ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas, dos quais foram integralizados R\$ 1. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 4.124.033. com emissão de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração. Em 26 de janeiro de 2023 o capital social foi aumentado em R\$ 1.639.250, sendo subscrito integralmente pelo acionista único.

Assim, em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia é de R\$ 1.639.251, ações de um real de valor nominal cada uma, integralmente subscritas pelo seu acionista único.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a totalidade das ações são de propriedade de Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A.

20 Receitas operacionais

No quadro seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas:

	2023
Receitas tarifárias	131.158
Receitas não tarifárias	64.058
Receita por prestação de serviço de construção	42.710
(Redutoras)	
Impostos sobre receitas tarifárias e não tarifárias	<u>(24.497)</u>
	<u>213.429</u>

- (i) Os abatimentos correspondem a concessão de descontos para clientes comerciais e imobiliários (receitas não tarifárias) nas rendas fixas ou mínimas das cessões de espaço, baseados nos níveis de atividade dos respectivos aeroportos; e suspensão dos contratos de cessão de locais nos aeroportos ou áreas fechadas ao tráfego ou com restrições normativas a seu uso.

No quadro seguinte, apresenta-se a composição líquida das receitas:

	2023
Receitas tarifárias	112.630
Receitas não tarifárias	58.089
Receita por prestação de serviço de construção	42.710
	<u>213.429</u>

21 Custos dos serviços prestados

O custo por prestação de serviço de construção - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contrato de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos (CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão.

	2023
Custos de prestação de serviço de construção	(42.710)
Serviços (a)	(37.079)
Depreciação e Amortização	(27.146)
Custos com pessoal	(8.472)
Seguros	(2.509)
Materiais e consumo	(1.701)
Outros	(1.233)
	<u>(120.850)</u>

- (a) Os custos dos serviços prestados referem-se substancialmente aos serviços de bombeiros e serviços voltados para a operação, limpeza, manutenção, conservação e segurança dos aeroportos.

22 Despesas gerais e administrativas

	2023	2022 (não auditado)
Despesas com pessoal	(23.308)	-
Serviços	(17.436)	(288)
Despesas corporativas ANB x BOAB (a)	(8.337)	-
Outros (b)	(2.805)	(261)
	<u>(51.886)</u>	<u>(549)</u>

- (a) A Companhia firmou acordo com Aeroportos do Nordeste do Brasil (ANB) para compartilhamento das atividades corporativas, que em 2023 totalizou (R\$ 8.337).
- (b) *Break-up fee* do Contrato referente a obtenção de títulos de direitos creditórios (precatórios) com BTG Pactual (R\$ 2.186).

23 Resultado financeiro, líquido

	2023
Receitas financeiras	
Juros sobre aplicações financeiras	162.332
Juros obtidos e multas	67
	162.399
Despesas financeiras	
Despesa com IOF	(6.252)
Juros sobre Intercompany Loan	(275.763)
Outros	(1.990)
	(284.005)
Resultado financeiro líquido	(121.606)

24 Instrumentos financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, nem em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

(i) Instrumentos financeiros por categoria

2023				
	Nota	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativo				
Caixa e bancos	7	338.273	-	-
Aplicações financeiras	7	313.003	-	-
Contas a receber de clientes	8		98.687	-
Passivo				
Fornecedores	13	-	-	27.842
Contas a pagar - partes relacionadas	14	-	-	2.607.533
Outras contas a pagar	18	-	-	3.075
		651.276	98.687	2.638.450
2022 (não auditado)				
	Nota	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativo				
Caixa e bancos(não auditado)	7	1	-	-
		1	1	1

A Administração entende que, com exceção dos empréstimos com vencimento longo prazo, as operações mensuradas a custo amortizado se encaixam no perfil de instrumentos cujo valor contábil é uma boa aproximação do seu valor justo, de acordo com o parágrafo 25 do CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros.

(ii) Hierarquia de valor justo

A Companhia possui o saldo de R\$ 651.276 de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os saldos em caixa, bancos e aplicações financeiras têm seu valor justo idêntico aos saldos contábeis (Nível 1).

(iii) Detalhe dos fluxos contratuais

Apresentamos abaixo os fluxos contratuais dos instrumentos financeiros considerando as taxas de juros aplicáveis em 31 de dezembro de 2023:

	Nota	2024	2025	2026	2026 em diante
Ativo					
Contas a receber de clientes	8	98.687	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	14	28.080	-	-	-
		126.767	-	-	-
Passivo					
Fornecedores	13	27.435	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	14	157.533	2.450.000	-	-
Outras contas a pagar	18	3.075	-	-	-
		188.043	2.450.000	-	-

(iv) Gerenciamento de riscos

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de taxas de juros e inflação;
- (c) Risco de taxa de câmbio; e
- (d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Companhia não utiliza instrumentos de cobertura derivativos para cobrir sua exposição a estes riscos.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração

de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*, ou de capital público.

A Companhia também gere o risco de crédito das contas a receber de clientes estabelecendo entrega de caução ou fiança para determinados contratos de cessão de área, e a entrega de caução ou pagamento antecipado para clientes aeronáuticos de Grupo I em situação de atraso nos pagamentos. Os valores de caução ou antecipados a 31 dezembro 2023 estão refletidos a seguir:

	2023	2022 (não auditado)
Adiantamento de clientes	121	-
Caução recebida	177	-
Fiança bancária	-	-
Seguro caução	-	-
	<u>298</u>	<u>-</u>

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI que afetam a remuneração das aplicações financeiras de curto prazo (até sua liquidação) e à variação da taxa IPCA registrada como juros do *Intercompany Loan* de longo prazo (desde fevereiro de 2023). A Companhia não utiliza derivados nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco, existindo uma forte cobertura natural do risco, visto que a atualização tanto das receitas tarifárias previstas no Contrato de Concessão, quanto das não tarifárias previstas nos respectivos contratos comerciais, está vinculada também a índices de inflação.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de câmbio flutuantes, principalmente relacionadas às variações do câmbio Euro/R\$, nas contas a pagar e partes relacionadas (nota 14). A Companhia não utiliza derivados nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco.

d. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar o risco de liquidez, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento e caixa de acordo com os padrões de mercado. Na seção (iii) acima é apresentado o detalhe dos fluxos contratuais. A Administração gere o risco de liquidez decorrente de estes fluxos contratuais com a caixa e equivalentes a caixa disponíveis, as aplicações financeiras e os fluxos de caixa decorrentes de suas operações. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

(v) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de juros (CDI e IPCA) foram consideradas a seguir:

Indicador	Cenário I* Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
CDI(*) - Alta	10,35%	12,93%	15,52%
CDI(*) - Baixa	10,35%	7,76%	5,17%
IPCA(*) - Alta	3,82%	4,78%	5,74%
IPCA(*) - Baixa	3,82%	2,87%	1,91%
R\$/ € (*)	R\$ 5,80	R\$ 7,25	R\$ 8,69

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e IPCA, foram consideradas uma queda e uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Na tabela a seguir estão demonstrados os valores resultantes das variações dos juros sobre os respectivos contratos, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024. Os valores mostrados se apresentam líquidos de PIS/COFINS, IRPJ e CSLL.

Instrumento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
CDB-aplicações Financeiras	Baixa do CDI	32.357	24.268	16.179
Empréstimos	Alta do CDI	175.216	218.020	262.824

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de câmbio.

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de câmbio euro/real foram consideradas a seguir:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
R\$/ € (*)	R\$ 5,80	R\$ 7,25	R\$ 8,69

Para os dois cenários adversos na taxa de câmbio €/R\$, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Na tabela a seguir estão demonstrados os valores resultantes das variações da taxa de câmbio sobre os saldos, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Os valores mostrados se apresentam líquidos de PIS/COFINS, IRPJ e CSLL.

Instrumento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Contas a pagar – Partes relacionadas (variação cambial)	Alta €	2.229	9.396	16.514

25 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Os seguros são registrados no Balanço em despesas antecipadas e apropriados aos resultados conforme o período de vigência das apólices.

Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros vigentes são:

Riscos	Importância segurada
Seguro garantia de fiel cumprimento	R\$ 319.552
Responsabilidade Civil Hangares e Operações Aeroportuários (*) principal	R\$ 2.718,585
Responsabilidade Civil Hangares e Operações Aeroportuários (*) excesso	R\$1.210.175
Riscos Operacionais (Danos materiais) – Aeroporto e Escritório	R\$ 302.000

(*) Valor em Dólar U\$D 561.610, para o valor principal e U\$D 250.000 para excesso, convertido em Reais na cotação de 31/12/2023 do Dólar comercial U\$D 1/R\$- 4,8407 – Fonte Banco Central do Brasil

A Companhia contratou seguros de responsabilidade civil e danos materiais em março de 2023 e iniciou as atividades operacionais em outubro de 2023, portanto, em 31 de dezembro de 2022 (não auditado) não havia coberturas de seguros contratadas.

26 Compromissos assumidos

a. Investimentos

O Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) do Contrato de Concessão, estabelece as seguintes inversões obrigatórias (melhorias da infraestrutura aeroportuária) a realizar nos aeroportos, esta fase terá início no segundo semestre de 2024, com prazo para execução desta fase é de 36 meses a contar da data de eficácia, com exceção para o Aeroporto de Congonhas - SBSP, cujo prazo é de 60 meses, a contar da data de eficácia 05 de junho de 2023.

b. Status do marco contratual do Contrato de Concessão (PTO)

- 5 aeroportos (SBCR, SBMA, SBCJ, SBHT e SBUR): A Administração apresentou e protocolou o processo com os relatórios de evidências das ações imediatas em 29/01/24, antes da data limite de 30/01/2024;
- 6 aeroportos (CGH, UDI, CGR, MOC, PMG, STM): Está atualmente com 90% das ações atendidas e em fase de preparação dos relatórios, para atendimento a data prevista em 19/02/24.

c. Status das ações emergenciais / obras de melhoria imediata

- Ações de comunicação para implantação da marca AENA nas fachadas dos aeroportos: em fase de planejamento do processo de contratação das empresas especializadas;

- Ações de melhoria nos sistemas de climatização: em fase de desenvolvimento de projeto de engenharia e estudos dos sistemas e demandas existentes;
- Ações de melhorias para recuperação do pavimento das taxiways: em fase de desenvolvimento de projeto de engenharia e avaliação da situação existente;
- Execução de obras civis em CGH: em processos de adjudicação a empresa de engenharia que irá desenvolver o projeto para as obras de: (i) expansão da sala de embarque remoto e canal de inspeção; (ii) reforma dos sanitários e (iii) adequação do wayfinding;
- Melhorias no sistema de combate a incêndio de CGR: em fase de contratação da empresa que irá executar a obra;
- Execução de retrofit dos escritórios administrativos de Santarém, Marabá e Altamira: em fase elaboração dos documentos para o processo de concorrência;
- Ampliação da sala de embarque de SBUR: em fase elaboração dos documentos para o processo de concorrência.

d. Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação das alíquotas apresentadas na seguinte tabela, sobre a receita bruta da Companhia.

Período	Alíquota
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo (2023-2026)	-
Quinto ano (2027)	3,23%
Sexto ano (2028)	6,46%
Sétimo ano (2029)	9,69%
Oitavo ano (2030)	12,92%
Até o final da concessão (2031 até o final)	16,15%

Consequentemente, a Companhia ainda não iniciou o pagamento de contribuição variável.

27 Demonstração dos fluxos de caixa - Transações sem efeito caixa

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa 7.

(ii) Informações suplementares

Na tabela abaixo são apresentadas as principais transações que não envolveram caixa no exercício:

	2023
Atividades de investimentos	
Aquisições de intangíveis pendentes de pagamento	7.262
Provisões de intangíveis pendentes de pagamento	7.981
	15.243

28 Eventos subsequentes

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A, divulgou fato relevante em 26 de janeiro de 2024, Informando que a *Nova York Stock Exchange* ("NYSE") notificou a Companhia que, como resultado do protocolo de petições voluntárias da Companhia em 25 de janeiro de 2024 sob o *Chapter 11 of the United States Bankruptcy Code in the U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*, suspendeu a negociação das American Depositary Receipts da Companhia (as "ADSs") e solicitará o cancelamento da listagem dos ADSs na *Securities and Exchange Commission*.

Até o presente, as operações da Companhia nos aeródromos geridos pela Aena Brasil não sofreram impactos, bem como a liquidação dos recebíveis estão sendo realizados conforme programação financeira. A Administração continuará acompanhando a evolução dos eventos relacionados à esta recuperação judicial da GOL.

* * *

Conselho de Administração

Francisco Javier Marín San Andrés
Presidente

Rodrigo Marabini
Ruiz
Conselheiro

José Leo Vizcaíno
Conselheiro

Juan Carlos Alfonso
Rubio
Conselheiro

María José Cuenda
Chamorro
Conselheira

Conselheiro

Fernando Santiago Yus
Sáenz de Cenzano
Conselheiro

Noelia Martínez Morato
Conselheira

Diretoria Executiva

Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano
Diretor Presidente

Joaquín Rodríguez Guerrero
Diretor Geral

Rodrigo Almeida Rosa
Diretor Econômico Financeiro

Renata de Abreu Martina
Diretora de Assessoria Jurídica

Raúl Moya González
Diretor de Operações, Infraestrutura e TI

Ana Cláudia Santos
Contadora
CRC: PE-031.931/O-1